



Entre Lúcia Vânia e Valdir Raupp, Renan Calheiros (C) recebeu ontem 28 senadores que pediram a imediata apreciação dos vetos presidenciais aos projetos de reestruturação da Sudam e da Sudene

## Senado busca solução para os vetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se com os líderes partidários da Casa, às 11h30 de hoje, para decidir o que fazer com os mais de 500 vetos aplicados pela Presidência da República a decisões do Congresso. Em seguida, os líderes da Câmara e do Senado buscarão um entendimento. O veto a uma emenda ao projeto que criou a Super-Receita está provocando a obstrução das votações no Senado. O líder do governo, Romero Jucá, anunciou projeto para resolver a questão. **Página 3**

### Comissão aprova projeto contra obesidade infantil

Projeto de Paulo Paim que proíbe cantinas escolares de vender alimentos que provoquem obesidade foi aprovado pela Comissão de Educação. Também foi acolhida proposta de Flexa Ribeiro que autoriza a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará. **Página 2**

### Homenagem a pessoas com síndrome de Down

Os senadores celebram hoje o Dia Internacional da Síndrome de Down. Renan Calheiros informou que várias personalidades, como o jogador Romário, comparecerão ao Senado, que comemora também o dia de luta contra a discriminação racial. **Página 4**

### Air bag pode tornar-se obrigatório nos veículos

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto de Eduardo Azeredo que inclui o air bag para o motorista e o passageiro da frente entre os itens de segurança obrigatórios. A proposta será agora examinada pela Comissão de Justiça. **Página 7**

### Um roteiro para estudar o aquecimento

Um debate com cientistas deve marcar o início dos trabalhos da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. O anúncio foi feito ontem pelo relator Renato Casagrande, ao apresentar plano de trabalho que se estende até 11 de dezembro. **Página 5**



Cristovam (E): parabéns ao governo pelo plano para desenvolver educação



Mercadante (D) preside reunião da CAE, ao lado de Eliseu Resende e Valter Pereira





Proposta veda comercialização, em unidades escolares, de produtos com alto teor de açúcar e gordura, entre outros



Iniciativa de Paulo Paim (D) recebe parecer favorável da Comissão de Educação

## Alimento que provoca obesidade pode ser proibido nas escolas

As cantinas escolares poderão ser proibidas de vender alimentos que provoquem a obesidade em crianças e adolescentes. A medida está prevista em projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A matéria será analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com emenda do relator do projeto (PLS 406/05), Romeu Tuma (PFL-SP), os estabelecimentos situados em escolas de educação básica ficam proibidos de vender bebidas com baixo teor nutricional ou alimentos com elevado teor de açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio. Entre as penas pelo descumprimento da norma, está a perda do alvará de funcionamento.

Em votação terminativa, a comissão aprovou o PLS 213/06, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA),

que autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede em Santarém.

Por iniciativa do presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovado voto de aplauso ao governo por ter apresentado o Plano de Desenvolvimento da Educação, com atenção especial ao ensino fundamental. A proposta foi elogiada por Romeu Tuma, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Ideli Salvatti (PT-SC) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

A comissão acolheu requerimento para audiência pública sobre o Projeto de Lei 284/06, que torna obrigatória a educação sexual nos ensinos fundamental e médio, e outro para audiência sobre o PLS 65/05, que disciplina o ingresso na educação superior.

Cristovam convidou os parlamentares para o lançamento da Frente Parlamentar Pró-Antártica, hoje, às 9h, em café da manhã no Restaurante dos Senadores.

## Tião Viana defende projeto que reforça recursos para saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu ontem, em Plenário, projeto de lei complementar de sua autoria que dispõe sobre valores mínimos a serem aplicados anualmente por estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde.

A proposição (PLS 121/07), que estabelece critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas correspondentes nas três esferas do Executivo, pode dotar o setor de R\$ 10 bilhões a mais no seu orçamento, disse o senador.

Segundo Tião Viana, a proposta visa regulamentar a Emenda constitucional 29/00, “que representa a maior conquista do setor de saúde nos últimos anos”, conforme afirmou. Ele lembrou que já havia apresentado projeto (PLS 35/02) contendo definições e parâmetros para conferir eficácia à norma constitucional, mas a iniciativa terminou sendo arquivada.

– O novo projeto pode ser chamado de PAC da Saúde. Isso porque ele, de imediato, implica aumento de receita, uma vez que rompe com os desvios, com o jeito e as tentativas de descumprimento inteligente das normas de gastos com a saúde.



“Proposta pode ser chamada de PAC da Saúde”, sugere Tião Viana

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Tributo a Darcy Ribeiro

Às 11h, será realizada sessão especial do Senado Federal em homenagem à obra do escritor, antropólogo, ex-ministro e ex-senador Darcy Ribeiro, que faleceu há dez anos.

### Síndrome de Down

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promovem às 14h audiência pública pelo transcurso, hoje, do Dia Internacional da Síndrome de Down. Deverão participar da reunião o escritor Manoel Carlos e os principais atores da novela Páginas da vida, exibida recentemente pela TV Globo.



### Campanha e exposição

Para marcar a passagem do Dia Internacional da Síndrome de Down, o Senado lança, às 19h, a campanha Aprendendo com as Diferenças, que contará com a presença dos participantes da audiência conjunta sobre a situação dos portadores da síndrome. Também será inaugurada a exposição de fotografias Diversidade, de Renata Podolsky.

### Venda de pão por unidade

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza, às 9h, audiência pública sobre o projeto que permite a venda do pão francês a peso ou por unidade de 50g. Estão convidados para o debate os presidentes do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Jornada; e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; e representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e da Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria.

### Licença-maternidade

O projeto que dá incentivos fiscais a empresas que ampliem para seis meses a licença-maternidade será debatido às 10h, em audiência na Comissão de Direitos Humanos. Entre os convidados, os presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Armando Monteiro Neto.

### Rádios comunitárias

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza reunião, a partir das 8h45, para examinar uma pauta contendo 14 projetos de decretos legislativos. Entre eles, os que visam autorizar, permitir ou conceder a execução de serviços de radiodifusão comunitária, sonora ou de sons e imagens.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Morais, César Borges, Renato Casagrande e Jayme Campos



“Não deliberar sobre esses vetos amplia a insegurança jurídica e não permite a conclusão do processo legislativo”, destaca o presidente do Senado

## Renan busca entendimento com líderes sobre vetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se hoje, às 11h30, com os líderes partidários do Senado para buscar um entendimento sobre a votação dos mais de 500 vetos apostos pelo presidente da República a projetos aprovados pelo Congresso Nacional. Em seguida, as lideranças da Câmara e do Senado promoverão um encontro para buscar entendimento sobre o assunto. A conversa de Renan com os líderes da Casa estava prevista para ontem.

– Não deliberar sobre esses vetos amplia a insegurança jurídica e não permite a conclusão do processo legislativo. É importante que busquemos uma convergência não só para retomarmos a normalidade da Casa, mas, sobretudo, para que tenhamos um critério para a apreciação desses vetos, que não podem se acumular – declarou Renan em Plenário.

O senador destacou que proposta de emenda constitucional de Marco Maciel (PFL-PE) – a PEC 57/05 – prevê para os vetos presidenciais o mesmo rito das medidas provisórias. Ou seja: a tramitação dos vetos separadamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, e não em sessão conjunta como atualmente.

Ontem, Renan ouviu de alguns senadores apelo para priorizar a votação de vetos parciais a três matérias: as da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Super-Receita). Com os vetos à Sudam e à Sudene, foram retirados incentivos fiscais e dispositivos que garantiam mais recursos.

Já o veto à Emenda 3 introduzida no projeto da Super-Receita, que motivou os líderes do PFL e do PSDB, José Agripino (RN) e Arthur Virgílio (AM), anunciarem obstrução às votações, diz respeito à fiscalização sobre empresas que contratam profissionais sob a forma de pessoa jurídica.

### Emenda 3

Em visita ao presidente do Senado, o novo titular da Advocacia Geral da União (AGU), ministro José Antonio Toffoli, conversou, entre outros assuntos, sobre as razões técnicas que levaram o presidente Lula a vetar, no projeto que criou a Super-Receita (PLC 20/06), a emenda que limitava a atuação da fiscalização.

Romero Jucá



### Governo enviará nova proposta ao Congresso hoje

O governo vai remeter hoje à Câmara, em regime de urgência, segundo anunciou Romero Jucá (PMDB-RR), projeto que disciplina a atuação da Receita Federal com relação à fiscalização do profissional constituído em pessoa jurídica que presta serviços a outra pessoa jurídica. O tema era tratado em emenda vetada pelo presidente Lula ao projeto da Super-Receita.

Jucá afirmou que a nova proposta “visa abrir uma discussão para que o Congresso defina o assunto”.

Arthur Virgílio



### Oposição obstruirá pauta até saber teor de mudanças

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que a oposição continuará a obstruir a pauta até que chegue ao conhecimento dos parlamentares o teor da proposição que o Executivo pretende enviar ao Congresso em substituição à emenda vetada pelo presidente Lula no projeto da Super-Receita, e que seja convocada sessão para apreciação desse veto.

Virgílio disse ainda que, sem a apreciação dos vetos, “o Congresso se diminui e o presidente Lula fica com poderes ditatoriais”.

Lúcia Vânia



### Apelo por uma mobilização dos parlamentares

Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um apelo à mobilização dos senadores para apreciar os vetos presidenciais a projetos aprovados pelo Congresso.

– Os vetos impostos pelo governo atingem diretamente a alocação de recursos nas superintendências da Amazônia [Sudam] e do Nordeste [Sudene], mutilando o seu funcionamento. Se o Congresso não derrubar os vetos, Sudam e Sudene não passarão de estruturas de papel, sem autonomia para funcionar – afirmou.

Kátia Abreu



### PFL quer respeito no tratamento aos profissionais

Ao se referir ao veto de Lula a uma emenda ao projeto da Super-Receita, Kátia Abreu (TO) disse que seu partido, PFL, está obstruindo a pauta no Senado e na Câmara por estar indignado diante da forma como o governo trata a pessoa jurídica no país. “Muitos profissionais liberais estão sob a ameaça dos fiscais da Receita, cujo único objetivo seria arrecadar”, disse.

Outra razão para a obstrução, explicou, é que o PFL defende uma CPI do apagão aéreo na Câmara.

Garibaldi Alves



### Congresso precisa se reerguer e decidir logo

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu que o Congresso inicie a votação dos vetos da Presidência da República “a mais de 500 projetos” pelos cortes feitos nas propostas de recriação da Sudene e da Sudam. O acúmulo de vetos prova, na opinião do senador, “que o Congresso precisa se reerguer”.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) declarou que “é chegada a hora de o Congresso se inspirar na vitalidade das câmaras municipais e apreciar logo esses vetos”.

## Senadores querem manter texto dos projetos da Sudene e Sudam

Reunidos com o presidente do Senado, Renan Calheiros, 28 senadores pediram ontem a imediata apreciação dos vetos presidenciais aos projetos de recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento do Norte (Sudam). Autor do substitutivo aprovado pelo Senado para recriar a Sudene, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que a saída agora é derrubar os vetos, visto que eles traduzem o “assassinato” dessas superintendências.

– Uma solução terá que ser encontrada, pois os vetos contra a Sudam e a Sudene são tão gritantes que o Congresso não pode aceitá-los – afirmou ele, lembrando que os projetos foram feitos pelos melhores técnicos, sem nenhuma participação política.

Antonio Carlos salientou que, embora a matéria tenha sido aprovada pelas duas Casas do

Congresso quase por unanimidade, o presidente “vetou tudo que era essencial” à recriação das superintendências.

– Os vetos são realmente um assassinato. Queremos recriar a Sudene, não matar a Sudene – disse o senador.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou, durante a reunião, que o Ministério da Integração Nacional enviará ao Congresso uma alternativa a esses vetos, provavelmente um projeto de lei.

Antonio Carlos, no entanto, disse que não está confiante na solução apresentada por Jucá.

– Quando o presidente veta, o faz porque o Ministério da Integração diz que está havendo essa negociação com o Congresso. De maneira que eu tenho muitas dúvidas sobre esse ministério. A minha solução é derrubar os vetos. Não sei como o Congresso vai proceder, mas, pelo Senado,



Renan (sentado, no centro) ouviu pedido de senadores para colocar vetos em votação

tenho certeza que esses vetos cairão.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Lúcia Vânia (PSDB-GO) também não está otimista quanto a outra solução que não seja a derrubada dos vetos. Ela disse que não há como prosseguir com os trabalhos da comissão sem que haja, preliminarmente, uma decisão sobre os vetos apostos à Sudam e Sudene.

A senadora lembrou que no ano

passado foram realizadas diversas ações, inclusive audiências públicas em todo o Norte e no Nordeste em favor das superintendências, cuja recriação foi aprovada pelos parlamentares.

– Essas superintendências são uma demanda não só das regiões Norte e Nordeste, mas também uma demanda do próprio Senado. O objetivo dessa reunião foi mostrar ao presidente que há unanimidade em torno dessa questão – afirmou Lúcia Vânia.



Serão realizadas comemorações na sessão plenária de hoje, além de audiência conjunta da CDH e CAS, com a presença do jogador Romário, cuja filha é portadora da síndrome

## Homenagem à luta contra racismo e a portador da síndrome de Down

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou que parte da hora do expediente da sessão de hoje será destinada a homenagear o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Os senadores também celebrarão, tanto em Plenário quanto em audiência promovida pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), o Dia Internacional da Síndrome de Down.

“Foi no dia 21 de março de 1960 que a polícia do regime do apartheid sul-africano abriu fogo sobre uma manifestação pacífica que protestava contra as leis de discriminação racial”, registrou Renan. A mesma data (21/3) foi escolhida para celebrar o Dia Internacional da Síndrome de Down,

em alusão aos três cromossomos no par de número 21 que os portadores da síndrome possuem.

Renan destacou que, entre as personalidades que participarão da audiência conjunta da CDH e da CAS, estará o jogador Romário, cuja filha de dois anos, Ivy Faria, é portadora da síndrome de Down. O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que Romário, por ser negro, também contribuirá, com sua presença, na celebração do combate ao racismo.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) revelou que o faixa-preta em judô, Breno Viola, portador da síndrome de Down, venceu torneio na Inglaterra derrotando pessoas ditas normais. O senador lamentou que no Brasil o atleta só pode disputar competições especiais.

Por sua vez, o senador Flávio

Arns (PT-PR) opinou que a homenagem que será realizada no Senado é importante para mostrar o potencial, a garra, a determinação e a luta dos portadores de síndrome de Down e de seus familiares. Ele acrescentou que a audiência pública ressaltará que também deve ser prestigiado e valorizado o portador de qualquer deficiência, seja ela mental, auditiva, visual ou física.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cumprimentou o senador Renan e a esposa do presidente do Senado, Verônica Calheiros, por lutarem pela causa dos portadores de deficiência. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu que a experiência das empresas que oferecem empregos aos portadores de deficiência possa servir de exemplo.

## Assinado convênio para criar Biblioteca Digital do Senado

Foi assinado ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, convênio com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) para implantação da Biblioteca Digital do Senado. Também assinaram o documento o presidente interino do STJ, Francisco Peçanha Martins, e o presidente do Ibict, Emir Suaiden. A versão digital da biblioteca possibilitará o acesso por meio eletrônico a documentos jurídicos, legislativos e acadêmicos em padrões internacionais.

– Hoje a Casa dá um passo decisivo na criação da biblioteca digital, pela cooperação técnica com o Ibict e pelo know-how acumulado pelo STJ na formatação de textos jurídicos – disse Renan.

O presidente do Senado ressaltou ainda a relevância da integração de informações entre o Legislativo e o Judiciário, o que, avalia, levará ao diálogo entre os órgãos da administração pública.

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais, afirmou que a biblioteca digital é uma revolução comparável àquela promovida pelos tipos móveis criados pela imprensa de Gutenberg, há cinco séculos.



Silas Rondeau participa de debate coordenado por Ideli Salvatti

## País investirá na distribuição de gás natural, diz ministro

A criação de redes de distribuição de gás natural para elevar o aproveitamento desse combustível no Brasil é um dos grandes desafios do país, segundo o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, mas os avanços dependem do aumento da segurança para investimentos na exploração dos gasodutos, de acordo com o diretor da Petrobras, Ildo Sauer. Rondeau e Sauer participaram do primeiro debate promovido pela liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. A reunião foi coordenada pela líder do bloco, senadora Ideli Salvatti (PT-SC).



Heráclito: ministros e assessores mantêm “farra de jatinhos” em Congonhas

## Heráclito pede que governo suspenda operações militares em aeroportos civis

Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu ontem que o governo federal suspenda as operações militares em aeroportos civis como, por exemplo, no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Segundo o parlamentar, enquanto os passageiros comuns enfrentam a crise do “apagão” aéreo, minis-

tros e assessores de segundo e terceiro escalão mantêm uma movimentada “farra de jatinhos” no aeroporto paulistano, “por conta da viúva”. Além disso, observou, o jato presidencial paralisa o espaço aéreo toda vez que pousa naquele aeroporto.

– O governo precisa demons-

## Restabelecido, Antonio Carlos Magalhães retorna e agradece apoio

Após enfrentar oito dias de internação no Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas de São Paulo, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) retornou ontem à tribuna do Senado para agradecer o apoio, os telefonemas, as visitas e as mensagens de melhora recebidos de senadores, amigos, colegas, admiradores e adversários de todo o país. Em apertes, 23 senadores comemoraram o retorno do colega.

Antonio Carlos começou o discurso agradecendo a Deus e aos profissionais de saúde, médicos e enfermeiros que o atenderam de 7 a 15 de março, quando esteve internado devido a uma pneumonia e a problemas renais. O senador citou os médicos do Incor David Uip, Roberto Kalil e José Otávio Costa. Agradeceu também ao corpo médico do Senado, que o atendeu com “discrição e competência”, e aos médicos e amigos Jorge Pereira, César Araújo e Valéria Guimarães.

O senador agradeceu ainda as várias visitas recebidas no Incor citando as dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma



Antonio Carlos inclui o presidente Lula e a primeira-dama nos seus agradecimentos

(PFL-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP), do governador de São Paulo, José Serra, do prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab, e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Fez referência também à visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da primeira-dama Marisa Letícia, no sábado.

– Agradeço ao presidente Lula, de cujo governo tenho divergido, algumas vezes de forma contundente, e que me honrou com a sua presença e com a sua solidariedade. Foi um gesto de civilidade política e de generosidade.

## Jefferson Péres critica forma como são distribuídos ministérios

Jefferson Péres (PDT-AM) criticou ontem, em Plenário, a entrega de ministérios a parlamentares da base aliada, pelo governo, em troca da obtenção de apoio político no Congresso. Ao mesmo tempo, ele afirmou que o sistema presidencialista adotado pelo país é prejudicado pela existência de partidos frágeis e sem identidade, e conclamou os senadores a avaliarem a adoção do parlamentarismo.

– A experiência presidencialista não tem sido boa. Independentemente de quem seja o presidente da República, há um vício inerente ao sistema de governo presidencialista – avaliou.

O senador classificou como “indecente” o assédio sofrido



Jefferson Péres conclama senadores a avaliar adoção do parlamentarismo

pelo governo na distribuição dos ministérios e disse que a ausência de políticas públicas a serem executadas pelos partidos da base governista nos cargos prejudica as pastas.

Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta) são da década de 70 e que, enquanto o governo Fernando Henrique Cardoso investia no projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), o PT, na oposição, combatia o projeto e não suas possíveis irregularidades.

## Cristovam sugere que o MEC se dedique apenas ao ensino básico

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) comunicou ontem que a Comissão de Educação (CE) aprovou voto de aplauso, de sua iniciativa, ao presidente Lula pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação.

– Esse projeto é um começo, mas, de qualquer forma, vemos o presidente falando em educação.

Cristovam informou que apresentará sugestões para a educação básica do Brasil, em audiência, hoje, com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Na sua opinião, essas propostas poderão contribuir para que se realize uma “revolução na educação”. A primeira versão do documento, disse, já foi entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Entre as sugestões, adiantou, está a de que o Ministério da



Roosevelt/Prêmio

**Cristovam promete apresentar hoje propostas ao ministro da Educação**

Educação se dedique apenas à educação básica, enquanto a educação superior fique vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Cristovam também sugeriu que o Senado discuta de forma mais aprofundada a produção do álcool etanol como fonte energética.

## Suplicy elogia o plano para educação

O lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, na semana passada, foi elogiado por Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele destacou 15 medidas previstas no plano, como a criação de uma bolsa de estudos para estimular o retorno à escola de jovens carentes de até 17 anos.

Suplicy elogiou ainda outras propostas, como a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a elaboração de projeto de lei estabelecendo um piso nacional para os



Roosevelt/Prêmio

**Suplicy aplaude medidas como estímulo ao retorno de jovens à escola**

professores do ensino básico, investimentos na capacitação de professores por meio de cursos oferecidos em universidades, mudança no sistema de crédito estudantil e promoção da Olimpíada de Língua Portuguesa.

## Sibá Machado teme efeitos da corrida pelo etanol brasileiro

Há uma corrida de investidores em busca do verdadeiro Eldorado em que se transformou o setor sucro-alcooleiro, em decorrência do interesse norte-americano pelo etanol brasileiro. A constatação foi feita ontem por Sibá Machado (PT-AC), que apontou o outro lado da história: a produção de álcool se assenta no trabalho escravo, “prática vergonhosa não totalmente erradicada”.

O senador ressaltou também a questão ambiental resultante do crescimento da monocultura da cana-de-açúcar.

– Creio que os investidores estão preocupados com o lucro imediato e já de olhos voltados



Roosevelt/Prêmio

**Trabalho escravo nos canaviais e questão ambiental preocupam Sibá Machado**

para novas fontes de energia. Será que estariam dispostos a fazer os investimentos necessários para combater os males da monocultura? – indagou.

Relator da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas apresenta proposta de plano de trabalho que vai até 11 de dezembro

## Casagrande planeja série de audiências sobre aquecimento

O relator da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, senador Renato Casagrande (PSB-ES), apresentou ontem a sua proposta de um plano de trabalho que vai até o dia 11 de dezembro, prazo previsto para a entrega do relatório final. O plano de trabalho prevê, inicialmente, a realização de uma audiência pública para estabelecer um entendimento preliminar sobre os conceitos e aspectos do aquecimento global.

Seriam convidados para essa audiência pública os representantes brasileiros no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e cientistas de opinião reconhecidamente contrária.

O relator assinalou que, em seguida, seria necessário captar a opinião de vários dos ministérios envolvidos com a questão, mediante a realização de audiência pública com os ministros da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e de Minas e Energia.

O plano de trabalho prevê ainda audiências públicas em algumas



Macakolme

**Ao lado de Renato Casagrande, Eduardo Gomes (E) preside reunião do colegiado**

idades, a fim de descentralizar a discussão. Manaus e Belém foram as indicadas, mas outras cidades poderão ser incluídas.

Outras audiências públicas setoriais seriam destinadas a examinar os problemas enfrentados e as soluções adotadas em relação ao aquecimento global nas áreas florestal, elétrica, petrolífera, agropecuária, saneamento e transportes.

– Consideramos muito proveitosa a realização de um seminário, em princípio com um dia de duração e às vésperas do Dia Mundial do Meio Ambiente, para aproximar ainda mais o debate travado no Parlamento das pessoas interessadas na matéria – disse o senador, acrescentando

que serão apresentados painéis sobre os aspectos mais relevantes das mudanças climáticas, com a participação de especialistas de diversas áreas do conhecimento.

Por último, Casagrande sugeriu que uma sub-relatoria poderia se encarregar de consolidar todas as propostas sobre o tema que tramitam no Senado e na Câmara.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) propôs que o presidente da comissão mista, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), o relator e ele próprio, se reunissem com os presidentes e vice-presidentes de todas as comissões e subcomissões relacionadas ao meio ambiente para facilitar o encaminhamento dos projetos em tramitação.

## Debate: liberação do milho transgênico divide opiniões

Especialistas em organismos geneticamente modificados, agricultores, empresários e representantes da sociedade civil discutiram, em audiência pública realizada ontem, no prédio do Interlegis, a liberação comercial do milho transgênico. O evento é organizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), responsável pela análise do processo de liberação do produto no país.

Segundo o professor da Universidade de São Paulo (USP) Ernesto Paterniani, especialista em milho geneticamente modificado, esse tipo transgênico tem demonstrado resultados bastante positivos tanto para o agricultor como para o meio ambiente e a saúde, principalmente na redução do uso de agrotóxicos. A mesma opinião tem o presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Bayer, Denis Lima, doutor em Biologia Vegetal.

Já na opinião da engenheira agrônoma e consultora da Via Campesina, Ângela Cordeiro, é preciso analisar com cautela a liberação dos transgênicos para que o Brasil possa ter informações consistentes.

Contrário à liberação do milho transgênico, o professor Flávio Lewgoy destacou haver pesquisas com animais que apontam efeitos colaterais no consumo de produtos geneticamente modificados.

## Paim propõe tratamento igualitário a aposentados

Paulo Paim (PT-RS) apresentou ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) determinando que os reajustes concedidos aos servidores públicos aposentados e pensionistas não podem ser menores que os fixados aos trabalhadores aposentados da iniciativa privada. O senador anunciou a proposta durante a abertura do I Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas, realizado no Auditório Petrônio Portela, no Senado.

Paim citou estudos indicando que os aposentados do Regime Geral da Previdência Social, ou seja, da iniciativa privada, tiveram perda de 80% de seus vencimentos nos últimos dez anos, enquanto os servidores públicos aposentados, que não se encaixam em nenhum plano de carreira, viram seus vencimentos perderem no mesmo período mais de 100% do valor de compra.

– A PEC define normas para o reajuste de aposentados e pensionistas, garantindo a paridade dos servidores públicos com os trabalhadores da iniciativa privada. De acordo com a proposta, nenhum servidor público aposentado terá reajuste menor do que os do Regime Geral da Previdência. Os aposentados do setor público receberão assim ao menos o reajuste correspondente à inflação do período – disse Paim.



Fotos:Roosevelt/Instituto



César Borges vê “falta de interesse” de Jaques Wagner em incentivar implantação

## Bahia é preterida na implantação de pólo têxtil, reclama César Borges

César Borges (PFL-BA) criticou ontem, em Plenário, o governador da Bahia, Jaques Wagner, por sua “falta de interesse” em exercer influência junto ao governo federal visando à implantação de um pólo têxtil e de confecções no estado.

Ao reivindicar a instalação de indústrias têxteis na Bahia, o

senador destacou o importante papel estratégico desse setor para o desenvolvimento do estado e para a diversificação e interiorização de seu parque industrial.

De acordo com o parlamentar, apesar de a Bahia reunir excelentes condições para a implantação de um pólo têxtil e de confecções, tais como a presença no estado de

indústrias de fibras sintéticas de poliéster, o governo federal preferiu criar um pólo têxtil em Pernambuco, transferindo para aquele estado os investimentos que seriam feitos na Bahia.

– A despeito do pioneirismo do projeto baiano e de sua maior viabilidade técnico-econômica, reconhecida inclusive por agen-

tes do próprio governo federal, o pólo têxtil da Bahia foi mesmo assim preterido ou, no mínimo, rebaixado para a condição de alternativa “B” – afirmou.

César Borges disse lamentar ainda que Jaques Wagner não tenha assumido posição claramente definida contra o projeto de transposição do São Francisco.

### Projeto de Garibaldi anistia policiais

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou ontem, em Plenário, projeto de lei que concede anistia a policiais militares do Rio Grande do Norte. A anistia, explica o senador, visa anular prisão imposta a 1.300 policiais potiguares por ordem do governo estadual, acusados de protestarem contra o não-cumprimento de promessa de campanha da governadora Wilma de Faria de conceder aumento salarial.

### Ampliado período de investigação de CPI

O período relativo ao segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso também deverá ser investigado pela CPI das ONGs. Requerimento nesse sentido, apresentado pela base governista, foi lido ontem, em Plenário. Quando instalada, a comissão terá o prazo de 120 dias para apurar o repasse de recursos às ONGs e às organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), de 1999 a 2006.

### Paim quer reduzir custo de produção

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que é preciso buscar soluções práticas para baixar o custo da produção agrícola. Segundo ele, embora tenham elogiado a iniciativa do governo federal de antecipar a liberação de recursos para a safra 2007/2008 (R\$ 1 bilhão), os agricultores do país temem que as indústrias também antecipem o reajuste do preço dos insumos.

## Expansão de crédito pode reduzir déficit de moradia, afirma Ideli

Nos últimos 12 meses, bancos financiaram 120 mil unidades habitacionais, liberando R\$ 10 bilhões, valor que a senadora considera o maior em 30 anos

Ideli Salvatti (PT-SC) registrou ontem a expansão do crédito habitacional no país, sustentando que a maior oferta de dinheiro para o setor cria uma expectativa mais sólida em relação à redução do déficit de moradia no Brasil. Segundo dados da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário (Abecip) citados pela senadora, essa é a maior oferta de recursos para financiamentos na habitação dos últimos 30 anos.

– Nos últimos 12 meses, o montante liberado pelos bancos para o crédito habitacional chegou ao valor recorde de R\$ 10 bilhões, com mais de 120 mil unidades



Segundo Ideli, governo programou R\$ 12 bilhões para habitação dentro do PAC

financiadas – enfatizou.

A senadora citou números dos jornais Valor Econômico e Folha de S. Paulo – demonstrando que

o crédito imobiliário cresceu 67% e os financiamentos 85,8% em 2006 – para sustentar seu otimismo em relação à oferta mais fácil de condições para a aquisição da casa própria. Ela destacou a segurança do mutuário nos negócios da construção civil como um dos fatores responsáveis pela expansão do mercado.

– Atualmente, o processo de construção e de aquisição é mais prático e mais seguro – assinalou Ideli, ao acrescentar que o governo programou a liberação de R\$ 12 bilhões para a habitação somente dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

## Virgílio quer manter incentivos fiscais do Pólo de Manaus

Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a defender ontem o Pólo Industrial de Manaus (antiga Zona Franca) quanto à fabricação dos componentes da TV digital. Ele comentou a Medida Provisória 352/07, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores.

O parlamentar explicou que a medida (que faz parte do Pro-

grama de Aceleração do Crescimento) cria incentivos fiscais para a produção, em qualquer parte do Brasil, dos chamados displays (mostradores de informações de aparelhos de vídeo, TV e monitores). Ele declarou não ser contrário à fabricação dos equipamentos em outros estados brasileiros, mas sugeriu que os displays destinados a aparelhos de lazer e entretenimento recebam incentivos apenas no Pólo

Industrial de Manaus.

### Voto de aplauso

Virgílio ainda solicitou voto de aplauso ao juiz-auditor da Justiça Militar da União no Amazonas, José Barroso Filho, que, conforme afirmou, tem buscado facilitar a adoção de crianças.

O senador também pediu a inclusão nos Anais do Senado de artigo do jornalista Arlindo Porto intitulado “O Paladino Bernardo Cabral”.



Flexa Ribeiro destaca aprovação de projeto que cria a Universidade do Oeste do Pará

## Flexa vê 35 mil empregos em risco e pede acordo no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez ontem um apelo à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, para que não feche imediatamente as empresas do pólo guseiro (produtor de ferro-gusa) do estado que não estão de acordo com as normas ambientais. Ele sugeriu que a governadora faça um termo de ajuste de conduta com as empresas irregulares e determine um prazo para que elas se adaptem à legislação ambiental e continuem produzindo.

– São 35 mil empregos em risco – ressaltou.

O senador também comunicou que a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de lei de sua autoria que tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede na cidade de Santarém. Ele disse que, em duas semanas, no máximo, o projeto (PLS 213/06) estará na Câmara dos Deputados.

Flexa Ribeiro informou ainda que a prefeita de Santarém, Maria do Carmo Martins Lima, foi eleita presidente da Associação dos Municípios da Transamazônica (Amut). A eleição, que contou com a presença do senador, ocorreu sábado, na cidade de Rurópolis, que se localiza na confluência das rodovias Santarém-Cuiabá (BR-163) e Transamazônica (BR-230). Conforme o parlamentar, essas rodovias encontram-se em “estado de abandono” pela falta de pavimentação.

## Mão Santa pede Universidade do Delta do Parnaíba

Mão Santa (PMDB-PI) pediu ontem o empenho do governo Lula para a instalação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a ser localizada na cidade piauiense de Parnaíba. A instituição de ensino será uma expansão da Universidade Federal do Piauí e deverá bene-



Mão Santa: instituição deverá beneficiar estudantes do Piauí, Maranhão e Ceará

ficiar estudantes de municípios desse estado, do Maranhão e do Ceará.

Conforme o senador, a criação da universidade vai representar uma chance a mais de oferecer ensino gratuito e de qualidade a alunos que não conseguiram benefícios do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Ao defender a iniciativa, destacou outros estados já contemplados com mais de uma universidade federal, como Amazonas, Bahia e Paraíba, cada um com duas.



Comissão de Assuntos Econômicos considera contrato de PPP do metrô paulista dentro de parâmetro fiscal e aprova proposta para aumentar segurança em veículos

## Impostos, municípios e marco regulatório terão subcomissões

A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu recriar a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais e criar três subcomissões temporárias para funcionarem pelo período de seis meses: a de Reforma Tributária; a da Previdência Social; e a do Marco Regulatório, destinada a regulamentar vários setores de atividades consideradas estruturais, como aviação civil, portos, gás natural, geração de energia elétrica e ferrovias.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu que essas subcomissões temporárias sejam presididas pelos senadores que apresentaram os requerimentos de criação, respectivamente, Tasso Jereissati (PSDB-CE), Romero Jucá (PMDB-RR) e Delcídio Amaral (PT-MS). Mercadante também anunciou que irá designar hoje os membros das três subcomissões.

Após a conclusão dos trabalhos de uma das três subcomissões, será criada, por sugestão de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a subcomissão temporária para discutir o pacto federativo. Ela também terá por objetivo acompanhar a discussão e os acordos firmados entre os estados e a União que visem à regulamentação da Lei Kandir.

### Novo debate

Por solicitação de Mercadante, a CAE aprovou requerimento convidando a ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil, e os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega, para debater, separadamente, assuntos atinentes às suas respectivas pastas. Os convidados também devem aprofundar as informações sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que apresentaram na semana passada ao Plenário do Senado. Outros requerimentos acolhidos foram o de Kátia Abreu (PFL-TO), que pede audiência para debater a política do etanol e do biodiesel; e o de Fernando Collor (PTB-AL) propondo sugestão ao governo para que se realize no Rio de Janeiro a III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 2012.

Os membros da CAE decidiram ainda que, a cada duas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente e toda a diretoria do Banco Central deverão comparecer ao colegiado para detalhar as medidas aprovadas.



Mercadante preside reunião da CAE que aprovou a criação de subcomissões sobre Previdência, marcos regulatórios e sistema tributário

## Air bag poderá tornar-se item obrigatório em veículos

A proposta de inclusão do dispositivo air bag para o motorista e o passageiro da frente entre os itens de segurança obrigatórios dos veículos no mercado brasileiro foi acolhida ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Um ano após a aprovação do projeto – que será examinado ainda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa –, os carros deverão sair das fábricas já com esse equipamento.

A proposição (PLS 115/04) de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também previa entre os itens obrigatórios barras de proteção lateral e arco de proteção superior, mas recebeu parecer contrário do relator, Romeu Tuma (PFL-SP). Na votação, os senadores deram preferência ao exame do voto em separado por Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), favorável apenas à obrigatoriedade do air bag.

### Controvérsia

Tuma assinalou que os novos itens encarecem os veículos, e que existe a opção de solicitá-los como acessórios. No caso do air bag, argumentou, ainda há controvérsias sobre a segurança, sobretudo para as crianças.

Além disso, Tuma observou que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) possui prerrogativa de decidir sobre itens de segurança e já baixou portaria com determinação de que, em prazo de cinco anos, todos os veículos saiam de fábrica com air bag. O Contran, segundo Tuma, deu prazo de sete anos para a adaptação dos veículos já em circulação.

– Até lá, saberemos qual o melhor sistema a ser adotado e que não venha a onerar o custo dos

veículos – justificou.

Já Flexa Ribeiro argumentou que o Senado tem a obrigação de “zelar” pela segurança dos cidadãos, mesmo que muitos prefiram os acessórios que aumentem o conforto em seus veículos aos que trazem mais segurança. Ele lembrou que os veículos destinados ao mercado externo já saem das fábricas brasileiras com air bag. Romero Jucá (PMDB-RR) lamentou que projeto de sua autoria sobre a obrigação do air bag tenha deixado de ser apreciado pela Câmara, enquanto Azeredo reagiu ao argumento de Tuma, de que legislar sobre itens de segurança em veículos representaria um “desrespeito” à competência do Contran sobre a questão.

– O Senado é soberano para adotar regras maiores do que uma simples portaria – disse.

## Comissão considera adequado o contrato de PPP do metrô

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou voto do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), pelo conhecimento e arquivamento de informações do governo de São Paulo referentes ao contrato de parceria público-privada (PPP) para a futura operação da linha 4 do metrô da capital paulista.

De acordo com o parecer, no que cabia o exame da comissão, o contrato atende com folga ao requisito da Lei das PPPs, que limita em até 1% o comprometimento da receita corrente líquida do estado. No caso do contrato, no valor global de R\$ 3,98 bilhões, sendo que R\$ 3,23 bilhões por parte do governo e R\$ 751 milhões do parceiro privado, o comprometimento máximo das

receitas seria de 8,16% do limite previsto – restando mais de 90% de folga para outras parcerias.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante, lamentou a falta de competência legislativa do Senado para apreciar de forma mais abrangente os contratos de PPPs. Esse foi o primeiro contrato analisado pelo colegiado desde a aprovação da lei que trata das PPPs (Lei 11.079/04). Conforme a norma, cabe ao Senado, por meio da CAE, examinar se os contratos estão enquadrados, em conjunto, nos parâmetros máximos de gastos correntes do ente patrocinador, previstos na própria legislação das PPPs e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O ofício do governo paulista

já havia sido colocado em pauta em fevereiro, mas os senadores decidiram adiar o exame e destacar uma comissão para avaliar em São Paulo, junto a autoridades estaduais e à polícia, os motivos do acidente ocorrido nas obras da estação Pinheiros, em que morreram sete pessoas – apesar de as obras de construção da linha não fazerem parte do contrato da PPP.

O acordo analisado envolve a compra de trens, equipamentos de sinalização e software, e a operação da linha 4 por um prazo de 32 a 35 anos, tempo considerado suficiente pelo governo para amortizar e remunerar os investimentos do parceiro privado. Os serviços que antecedem a operação devem começar em 2008.

## Adiada a votação do pacote de combate à lavagem de dinheiro

A votação, prevista para ontem, do pacote de projetos destinados a reforçar a prevenção e tornar mais eficaz a punição aos crimes de lavagem de dinheiro foi adiada por uma semana pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Pedro Simon (PMDB-RS) – relator das quatro propostas, que tramitam em conjunto – solicitou o adiamento a pedido de Romero Jucá, líder do governo, para que pudessem ser apresentadas sugestões ao substitutivo. O relatório será colocado em votação na próxima terça-feira.

O PLS 209/03, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), recebeu parecer favorável de Simon, na forma de substitutivo. As outras propostas são o PLS 225/06, da CPI dos Correios; o PLS 48/05, do então senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o PLS 193/06, de Jucá.



Projeto de Valadares amplia lista dos crimes que dão origem a “dinheiro lavado”

## Valadares: proposta facilita a quebra de sigilo bancário

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu apoio dos senadores para o projeto de sua autoria que visa tornar mais eficiente a punição penal aos crimes de lavagem de dinheiro. A matéria será votada na CAE na próxima semana.

Valadares informou que o projeto (PLS 209/03) amplia a lista dos crimes que dão origem ao “dinheiro lavado”, abrangendo crimes contra a ordem tributária, financiamento do terrorismo, tráfico de seres humanos, lenocínio, entre outros. O projeto também pretende auxiliar na criação de mecanismos para o Estado reaver o dinheiro ilícito, rastreando mais rapidamente os crimes. O senador acrescentou que a matéria facilita a abertura de sigilos bancários durante as investigações.





“Não podemos aceitar taxas mediócras de crescimento no Brasil”, afirma Alvaro

## Alvaro destaca renascimento econômico na África

Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou aula magna proferida na Universidade Cândido Mendes pelo economista Carlos Lopes, sobre o renascimento econômico da África, com o objetivo, conforme disse, de estabelecer parâmetros com o que ocorre no Brasil. Carlos Lopes foi representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil e é diretor-executivo do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa.

— O Brasil vem sendo refratário ao crescimento por longo período. Não podemos aceitar taxas mediócras num mundo que cresce à nossa volta — afirmou Alvaro.



Para Raimundo Colombo, concentração de recursos pela União impede avanços

## Impostos bloqueiam crescimento, diz Raimundo Colombo

O volume da carga tributária é um dos principais entraves ao crescimento da economia, impedindo o Brasil de se beneficiar dos índices de prosperidade verificados em outros países. A avaliação foi feita ontem pelo senador Raimundo Colombo (PFL-SC).

O parlamentar lamentou que, embora a redução da carga tributária seja defendida há muitos anos por “todos os líderes políticos, partidos e empresários”, alguns fatores continuam a impedir a adoção efetiva de políticas favoráveis aos estados e municípios, a exemplo da elevada concentração de recursos pela União.

Pedido de visto de trabalho para 600 engenheiros e técnicos chineses, visando à construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico, no Rio, motivou debate em subcomissão do Senado

# Trabalho de estrangeiros no Brasil preocupa senadores e especialistas

O presidente do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, Paulo Sérgio de Almeida, explicou que as autorizações para o trabalho de estrangeiros no Brasil são concedidas apenas quando não existe mão-de-obra brasileira qualificada e disponível. O esclarecimento foi feito durante audiência na Subcomissão do Trabalho e Previdência, que debateu a intenção de contratação de 600 engenheiros e técnicos chineses para a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no Rio de Janeiro.

Os participantes da reunião da subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), frisaram que não são contrários à vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, mas sugerem que os contratos sejam realizados dentro da lei.

O pedido de 600 vistos para chineses, confirmou o diretor-geral do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, embaixador Manoel Gomes Pereira, foi feito pela empresa alemã ThyssenKrupp, responsável pela construção da CSA, junto com a Vale do Rio Doce. No entanto, disse, ainda não houve resposta.

Já o coordenador de Certificação Profissional, Marcelo de Sousa, destacou que o Ministério



Paim (2º à direita) coordena debate entre Paulo Sérgio (E), Manoel Pereira e Luiz Antônio

do Trabalho e Emprego possui mecanismos para a contratação de brasileiros, por meio dos planos setoriais de qualificação.

O vice-presidente da subcomissão, Marcelo Crivella (PRB-RJ), teme que se abra um precedente a partir da concessão dos vistos de trabalho. No entanto, afirmou que o questionamento não representa ato de xenofobia.

Já Augusto Botelho (PT-RR) frisou que a siderúrgica levará milhares de empregos à região e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) alertou para o uso de mão-de-obra precária no país.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) é contrário à contratação dos chineses por entender que

engenheiros brasileiros estão capacitados para projetar e manter o funcionamento da CSA, informou o presidente da entidade, Marcos Túlio de Melo. A fábrica produzirá coque — uma das matérias-primas para a produção do aço. Outros casos de engenheiros estrangeiros trabalhando ilegalmente no Brasil foram relatados pelo representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro, Reinaldo Barros.

O subprocurador-geral do Trabalho, Luiz Antônio de Melo, disse que o Ministério Público examinará a situação de confinamento a que estariam submetidos trabalhadores chineses contratados para a implantação da CSA.



Valter Pereira elogia plano do governo federal para melhorar a educação no país

## Valter Pereira pede mais segurança nas escolas brasileiras

Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou em Plenário que é preciso adotar políticas públicas voltadas para a segurança nas escolas. O parlamentar fez referência a crimes recentes noticiados pela imprensa e destacou o fato de um estudante ter matado um colega de 14 anos a golpes de faca dentro da escola, em Mato Grosso do Sul.

— É preciso o Congresso como um todo dotar o país de um arsenal legiferante capaz de coibir o crime — afirmou.

Valter Pereira ressaltou que o ministro da Educação, Fernando Haddad, merece aplausos por seu plano para melhorar a qualidade do ensino no país.



Projeto de Expedito Júnior aguarda designação de relatores na CAS e CCJ

## Expedito quer fim de aposentadoria para parlamentar corrupto

Expedito Júnior (PR-RO) defendeu projeto de sua autoria que cassa a aposentadoria, pelo Plano de Seguridade dos Congressistas, de parlamentar que for condenado por desvio de recursos públicos durante o mandato. A matéria (PLS 113/07) aguarda designação de relatores nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ).

O senador também abordou a necessidade de regulamentação da atividade de telemarketing, responsável por danos aos cidadãos, conforme reportagem transmitida pelo Fantástico, da Rede Globo, no último domingo.

## Grupo debate lei sobre preconceito contra homossexuais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado instalou ontem o Grupo de Trabalho pela Cidadania e contra a Homofobia, que vai debater o projeto de lei que tipifica como crime a discriminação e o preconceito contra os homossexuais. A matéria, de autoria da então deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), foi aprovada em novembro pela Câmara dos Deputados.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto na CDH e coordenadora do grupo de trabalho, disse que seu parecer será elaborado a partir das discussões a serem realizadas pelo grupo.

Já o senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou que defende a “essência do projeto, que é a construção da cidadania”. Outro



Arns (E) e Fátima Cleide ouvem Toni Reis, da Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros

parlamentar que se posicionou favoravelmente à proposta (PLC 122/06) foi Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

O presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, Toni Reis, ressaltou que o projeto visa combater a violência contra esse segmento da sociedade, que representa, segun-

do ele, 10% da população.

Também integram o Grupo de Trabalho pela Cidadania e contra a Homofobia os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Gilvam Borges (PMDB-AP), Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), Paulo Paim (PT-RS) e Sibá Machado (PT-AC).